

ARTIGO

Desnacionalização econômica, por Reinaldo Gonçalves

ARTIGO

Por uma lei internacional de insolvência para os países devedores, por Marcos Arruda

SIMPÓSIO

I Simpósio sobre Política Monetária e Sistema Financeiro da Faculdade de Economia e Finanças do IBMEC

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Análise das Receitas do ano de 1999, o Orçamento e as prioridades do prefeito, o Orçamento do Estado do Rio de Janeiro

RESENHA:

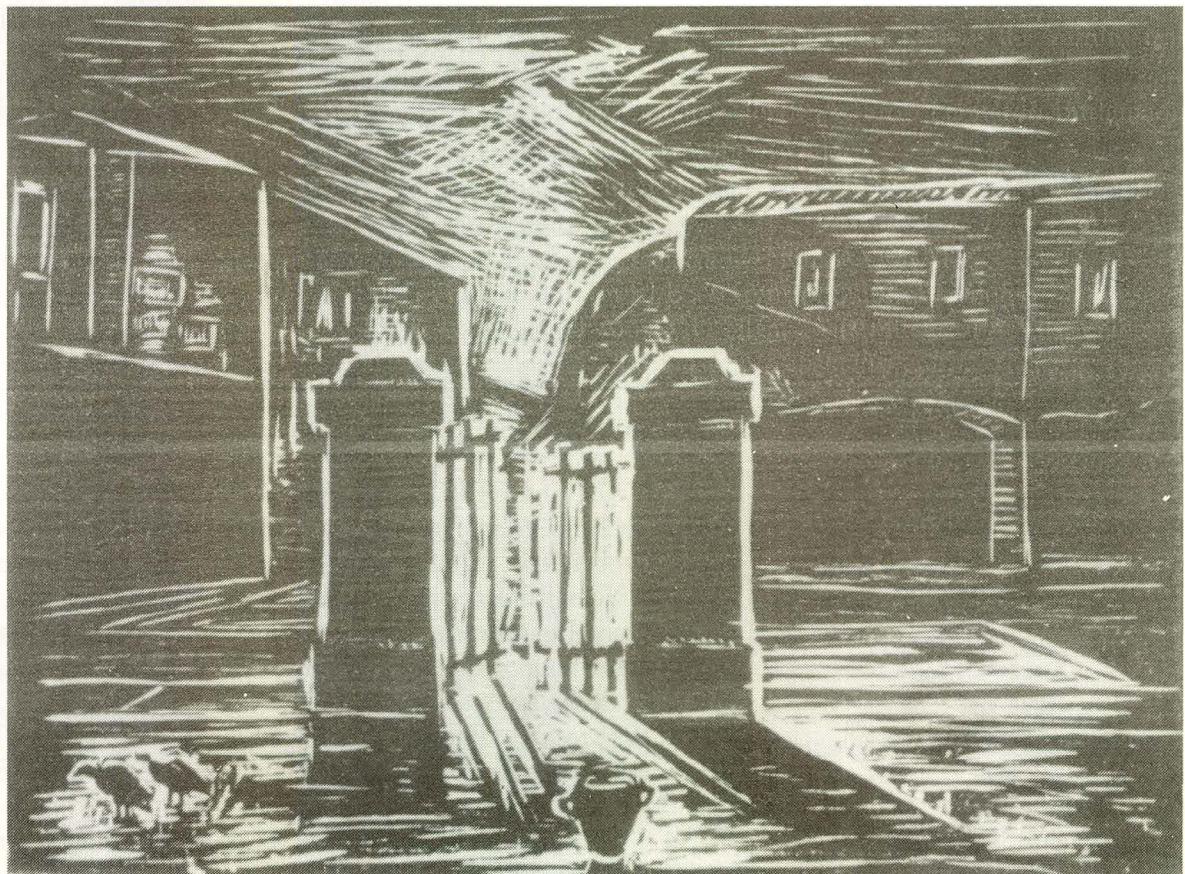
UMA CRISE QUE É RESULTADO DE MUITAS OUTRAS, DE FRANKLIN TREIN

PÁG. 13

"A outra realidade no mercado de trabalho brasileiro"

Pesquisa realizada pelo Dieese faz uma radiografia da presença das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, que hoje – conforme apurou a coordenadora Solange Sanches do Dieese – representa cerca de 41% da população economicamente ativa

páginas 8 a 10



PORTÃO E CASARIO, DE OSWALDO GOELDI. ACERVO DO MNBA/RJ

JORNAL DOS ECONOMISTAS

ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ,
IERJ E SINDECON-RJ

Diretor Responsável: Luiz Antonio Rodrigues Elias • **Conselho Editorial:** Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira • **Edição:** Conselho Regional de Economia-RJ – Tel: (21) 232-8178 – Fax: (21) 509-8121 – E-mail: coreconrj@ax.apc.org – Home page: <http://www.economistas.com.br> • **Jornalista Responsável:** Beatriz Bomfim (MT 11916) • **Editoração Eletrônica:** Kátia Regina Fonseca – Telefax (21) 508-7367 • **Fotolito e Impressão:** Tipológica – Tel (21) 509-3366 • **Tiragem:** 20.000 exemplares • **Periodicidade:** mensal • As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON – CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro, RJ – CEP: 20054-900 – Tel: (0XX21) 232-8178 – Fax: (0XX21) 509-8121 – E-mail: coreconrj@ax.apc.org – Home page: <http://www.economistas.com.br>

Presidente: Eduardo Mendes Callado
Vice-Presidente: Sidney Pascoutto da Rocha
Conselheiros Efetivos: Eduardo M. Callado, João Paulo de A. Magalhães, Ronaldo Raemy Rangel, Reinaldo Gonçalves, Maria José Cyhlar Monteiro, João Manoel G. Barbosa, Sidney Pascoutto da Rocha, José Clemente de Oliveira, Carlos Francisco T. M. R. Lessa.
Conselheiros Suplentes: Enilse Leite Melo, Nelson Chalfun Homsy, Sandra M. C. Souza, Mauro Osório da Silva, Paulo Sérgio Souto, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, José Antonio Lutterbach Soares, Luiz Mario Behnken.

SINDECON – SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Treze de Maio, 23 – Grupo 1607/1608 /1609 – Rio de Janeiro, RJ – CEP: 20031-000 – Tel: (0XX21) 262-2535 – Telefax: (0XX21) 533-7891/2192 – E-mail: sindecon@sindecon.org.br – Home page: <http://www.economistas.com.br>

IERJ – INSTITUTO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro, RJ – CEP: 20054-900 – Tel: (0XX21) 509-1077 – Fax: (0XX21) 509-8121 – E-mail: ierj@ax.apc.org – Home page: <http://www.economistas.com.br>

EDITORIAL

O Jornal dos Economistas dedica a página central para a divulgação da pesquisa realizada pelo Dieese – Departamento Intersindical de Estatística Sócio-Econômica, que revelou o crescimento da participação das mulheres nas esferas organizadas da sociedade.

Permite ainda, compreender a existência de desigualdades que caracterizam a inserção produtiva das mulheres, num país de dimensões como o Brasil.

Trata-se de um importante referencial para aqueles que estão interessados em abordar as condições de vida e trabalho de uma parcela importante de nossa população e, ao mesmo tempo,

representa uma contribuição a comemoração do Dia Internacional da Mulher.

Num outro patamar dois artigos ressaltam a importância de se discutir os rumos da economia brasileira. O primeiro do Professor Reinaldo Gonçalves do IE/UFRJ discute a desnacionalização e vulnerabilidade de nossa economia e apresenta a evidência empírica desse processo, que ocorre num contexto de deterioração política, desmantelamento do aparelho produtivo nacional e esgarçamento do tecido social e termina por sugerir a criação de uma Agência Reguladora do Capital Estrangeiro (ARCE) que seria responsável

pelo exame e aprovação de novos investimentos externos que inibiria a guerra fiscal e monitoraria a conduta e desempenho das empresas estrangeiras.

O segundo do coordenador da organização não governamental PACS ressalta a campanha do jubileu 2000 e a demanda dos movimentos sociais latino-americanos que discutem e pressionam pela proposta de uma lei internacional de insolvência, em que os países endividados e com graves problemas sociais declaram sua incapacidade de pagar a dívida externa e recusam os mecanismos tradicionais de negociação, que condicionam e violam a soberania nacional e popular.

PRÊMIO

Corecon realizou a entrega do 10º Prêmio de Monografia

No dia 07 de abril, o Conselho Regional de Economia da 1ª Região, em solenidade realizada no auditório do Banco do Brasil, premiou os três primeiros classificados no 10º Concurso de Monografia, referente ao ano de 1999. Foram eles: 1º lugar – Patrícia Zendron (UFRJ) que apresentou a monografia intitulada "Um Estudo Empírico sobre Tendências de Longo Prazo", realizada sob a orientação do Prof. Reinaldo Gonçalves; 2º lugar – Bianca Nasser Patrocínio (UFRJ) que apresentou a monografia intitulada "Governança Corporativa e Privatização: o caso da Cia. Vale do Rio Doce", realizada sob a orientação do Prof. João Luiz Pondé; 3º lugar – Luiz Cláudio Mendes Vargas (UFF) que apresentou a monografia intitulada "Os Fundos de Empresas Emergentes – Uma Alternativa de Capitalização para as Micro, Pequenas e Médias Empresas", realizada sob a orientação do Prof. Franklin Dias Coelho e, além deles, o estudante Juarez da Silva Filho (UFF), recebeu da Banca Examinadora a Menção Honrosa pela monografia, realizada sob a orientação da Profª Célia de Andrade Lessa Kerztenetsky, intitulada "O Lado Predatório do Jeitinho Brasileiro".

CAPA/ARTE

OSWALDO GOELDI, nasce em 1895 no Rio de Janeiro. Ainda pequeno muda-se com a família para Belém do Pará. Viaja para a Suíça, onde recebe sua formação na Escola Politécnica de Zurique, em 1915. Em 1917 abandona a Politécnica e passa a estudar na Escola de Artes e Ofícios de Genebra. Volta ao Brasil em 1919. Suas primeiras gravuras, datam de 1924 e, através da xilogravura, técnica que utilizou com maestria, realizou sua obra astística. Torna-se ilustrador das obras de Dostoievski e de Poe. Entre os autores nacionais, ilustra Raul Bopp e Cassiano Ricardo. Dá aulas de gravura na Escolinha de Arte do Brasil e na Escola Nacional de Belas Artes.

Em 1951 recebe o Primeiro Prêmio na I Bienal de São Paulo. Também em 1951 representou o Brasil na Bienal de Veneza. Expõe na Suíça e na Alemanha em 1954 e 1956. Em 1960 recebe o Primeiro Prêmio na II Bienal Americana do México. Falece no Rio de Janeiro em 15 de fevereiro de 1961, numa quarta-feira de cinzas.

Na capa, reproduzimos a obra *Portão e Casario*, xilogravura com área impressa de 13, 2 x 17,8 cm, graças ao convênio firmado com o Museu Nacional de Belas Artes, para publicações e gravuras do seu acervo e de artistas representativos. Foto: João Dias.

Desnacionalização Econômica

A evidência empírica a respeito da desnacionalização da economia brasileira é conclusiva (ver tabela abaixo). A relação entre o fluxo de investimento externo direto e a formação bruta de capital fixo aumentou de 2,5% em 1995 para 24,6% em 1999. Como resultado, as empresas estrangeiras, que controlaram 6,8% do estoque de capital fixo total no País em 1995, passaram a controlar 12,4% em 1999. A participação estrangeira no estoque líquido de riqueza total aumentou de 5,7% em 1995 para 9,7% em 1999. O aumento da participação estrangeira no valor bruto da produção não foi menos significativo: 13,5% em 1995 e 24,6% em 1999. Vale ainda mencionar que a participação estrangeira no valor das vendas das 550 maiores empresas aumentou de 33,3% em 1995 para 43,5% em 1998. No que se refere a um setor-chave da economia – o setor bancário – a desnacionalização dobrou em quatro anos. A participação dos grandes bancos estrangeiros no total dos ativos do sistema bancário brasileiro aumentou de 11,9% em 1995, para 22,5% em 1998 e cerca de 24% em janeiro de 2000. Ainda que as estimativas acima estejam sujeitas a revisão, o fato incontestável é que houve um “salto quântico” da desnacionalização da economia brasileira a partir de 1995.

O debate atual sobre a desnacionalização da economia brasileira tem se centrado em dois efeitos conhecidos: o “efeito balanço de pagamentos” e o “efeito soberania nacional”. O primeiro refere-se ao fato de que cerca de metade do valor total do ingresso de capital estrangeiro no Brasil tem sido no setor de serviços, principalmente nos serviços de utilidade pública (luz, telefone, metrô) que exploram, invariavelmente, monopólios.

Este tipo de investimento deve gerar pressões crescentes sobre as contas externas. Estes serviços não geram receitas em moeda estrangeira e, por outro lado, pressionam perpetuamente a conta de remessa de lucros para o exterior. Este é o conhecido “efeito balanço de pagamentos”.

O efeito balanço de pagamentos pode ser ilustrado de uma forma simples. No âmbito do processo de privatização, um grupo estrangeiro compra uma empresa estatal por um preço abaixo do valor efetivo do seu patrimônio. O grupo estrangeiro dá uma entrada e amortiza a dívida ao longo de anos de forma que a amortização será paga com lucros correntes. Além disto, o grupo é financiado pelo BNDES (e.g., Embratel, leia-se MCI). Há remessas anuais de lucros para o exterior em um setor que não exporta bens ou serviços (exemplo, energia, bancos, telefonia). O resultado é que a ingresso de investimento externo é uma fração do valor atual da remessa perpétua de lucros.

O segundo efeito manifesta-se na esfera política e diz respeito à entrada de empresas estrangeiras, com efetivas fontes de poder, às quais o capital nacional, geralmente, não tem acesso. Para ilustrar, os governos dos países de origem das empresas estrangeiras intercedem em favor delas e pressionam o governo brasileiro. É difícil acreditar que empresas como General Motors, Nestlé e Toyota, não possuam “nacionalidade”. Há, ainda, outras fontes externas de poder, como o grau de integração do sistema matriz-subsidiárias, a capacidade de mobilização de recursos das empresas transnacionais, a assimetria de informação, e a interdependência de mercados. Esta dimensão política refere-se tanto ao

plano externo, quanto ao interno. Trata-se, aqui, do conhecido e, não por isto, menos importante, “efeito soberania nacional”.

A situação atual do Brasil é tão peculiar quanto dramática. De fato, a desnacionalização da economia brasileira é ainda mais grave quando se leva em conta dois novos efeitos que surgem no âmbito de processos específicos, que não têm sido mencionados ou destacados no debate atual. O primeiro pode ser chamado de “efeito multiplicador da vulnerabilidade externa”, e o segundo de “efeito desnacionalização cum africanização”.

O primeiro processo específico é que a desnacionalização econômica no Brasil aumenta ainda mais a já elevada vulnerabilidade externa do país, que é o principal determinante da trajetória de instabilidade e crise do País. A economia brasileira tem uma baixa capacidade de resistência a pressões, fatores desestabilizadores e choques externos nas esferas comercial, financeira, monetária, tecnológica e produtiva-real. A desnacionalização dos últimos anos representou um “salto quântico” de vulnerabilidade externa na esfera produtiva-real por meio do crescente controle do aparelho produtivo no País pelo capital estrangeiro. A este fenômeno podemos chamar de “efeito multiplicador da vulnerabilidade externa”.

Desnacionalização e vulnerabilidade externa envolvem movimentos na correlação de forças internas de poder na medida em que são processos que podem afetar e ser afetados por políticas e ações governamentais. A desnacionalização é uma fonte interna de poder específica ao capital estrangeiro, visto que não beneficia diretamente os grupos privados nacionais e altera a correlação de forças em detrimen-

to destes últimos. A crescente presença do capital estrangeiro gera uma força econômica e política em defesa dos interesses específicos deste capital. E mais, esta força atua no sentido de manter e aprofundar um modelo de abertura econômica que implica em aguda vulnerabilidade externa.

Na esfera financeira deve-se mencionar o comportamento errático dos fluxos de investimento externo direto. A questão central, aqui, é que os fluxos de investimento externo direto em escala global apresenta ciclos marcantes, com flutuações que dependem da situação econômica dos países desenvolvidos, da política macroeconômica desses países e das estratégias das empresas internacionais. A volatilidade destes fluxos é ainda mais evidente quando consideramos que os processos de fusão e aquisição também se manifestam de forma marcadamente cíclica. Assim, houve uma onda de fusões e aquisições transnacionais na segunda metade dos anos 80, que foi interrompida no final dessa década, e cuja origem foi, principalmente, a revitalização do projeto de integração européia e o ajuste estrutural da economia norteamericana frente aos desafios da competitividade asiática. Somente em 1994 surgiram sinais de uma nova onda de fusões e aquisições, cuja amplitude é incerta.

O segundo processo específico refere-se ao fato que a desnacionalização ocorre no contexto de um fenômeno mais amplo que é o de “africanização” do Brasil. Este fenômeno resulta da ocorrência simultânea de quatro processos: desestabilização macroeconômica, desmantelamento do aparelho produtivo nacional, esgarçamento do tecido social e deterioração política e institucional. Há, desta forma, um

ARTIGO

impacto político específico e importante, na medida em que avança o processo de fragilização do aparelho de Estado. Este fenômeno pode ser denominado de "efeito desnacionalização cum africanização".

A africanização do Brasil dificulta ainda mais as suas relações com o capital estrangeiro. O fenômeno da africanização implica na deterioração das instituições do Estado e da sociedade. O fato a destacar é que o País não tem uma política regulatória de capital, ao mesmo tempo em que as instituições públicas e privadas, que poderiam funcionar como contrapeso, se fragilizam.

Pode-se tomar dois exemplos concretos. No CADE o seu próprio diretor reconhece, eufemisticamente, o subinvestimento institucional na mesma proporção em que crescem os casos de práticas comerciais restritivas (e.g., indústria farmacêutica, na qual as empresas estrangeiras respondem por 80% das vendas das maiores empresas do setor). Por outro lado, as entidades representativas do setor privado também se fragilizam (por exemplo, FIESP) na medida em que o capital estrangeiro controla os sindicatos patronais e exerce crescente influência na entidade. Na medida em que o processo de africanização do Brasil avança, maior tende a ser a relação custo-benefício do capital estrangeiro.

Os processos de concentração econômica e de desnacionalização tendem a reduzir cada vez mais a capacidade da sociedade brasileira de maximizar a relação benefício/custo econômico associada à presença de capital estrangeiro no país. A fragilização institucional do Estado e a abertura externa nas esferas comercial, financeira-monetária, tecnológica e produtiva-real durante o governo FHC provocam incertezas críticas e riscos elevados

quanto ao futuro do Estado-nacional e, portanto, da democracia e da sociedade brasileira. A trajetória de instabilidade e crise no Brasil significa que problemas cambiais provocam graves efeitos econômicos e sociais, que se transformam em crises políticas e institucionais. Neste sentido, deve aumentar a importância relativa da questão nacional na agenda política brasileira.

A criação de uma Agência Reguladora do Capital Estrangeiro (ARCE) pode ser uma iniciativa política importante no sentido do País obter o maior benefício possível, com o menor custo. A ARCE teria tanto funções consultivas como deliberativas.

A ARCE seria responsável pelo exame e aprovação de novos investimentos externos (superior, por exemplo, a US\$ 10 milhões), com base em análise de custo-benefício. Neste sentido, a ARCE poderia ser uma agência federal que inibiria a guerra fiscal baseada no sistema de incentivos e subsídios dados por estados e municípios. A ARCE também seria responsável pelo monitoramento da conduta e do desempenho das empresas estrangeiras. Este monitoramento forneceria subsídios para políticas públicas em diversas áreas. A análise de desempenho das empresas estrangeiras já instaladas no País teria uma abordagem abrangente e incluiria os efeitos sobre, por exemplo, balanço de pagamento, arrecadação tributária, nível de emprego, condições de trabalho, transferência de tecnologia, práticas comerciais (concorrência), e meio ambiente. Este monitoramento poderia ser usado como instrumento para políticas nas áreas de comércio exterior, contas externas, tecnologia, propriedade industrial, tributação, desenvolvimento regional, investimento, emprego e concorrência.

DESNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA: INDICADORES, 1995-99

(Indicadores da participação do capital estrangeiro em %)

Participação do capital estrangeiro	1995	1996	1997	1998	1999
Fluxo de Investimento bruto	2,5	6,1	10,2	15,4	24,6
Estoque de capital fixo	6,8	7,8	9,2	10,5	12,4
Estoque líquido de riqueza	5,7	6,3	7,0	8,0	9,7
Valor bruto da produção	13,5	15,5	18,3	20,8	24,6
Vendas das grandes empresas	33,3	34,1	36,3	43,5	nd
Ativos do sistema bancário	11,9	13,6	21,1	22,5	24,0

Fonte: Elaboração de Reinaldo Gonçalves.

Notas: (nd) não disponível.

Fluxo de investimento bruto = Investimento externo direto (excluindo conversão e descontando a repatriação) / formação bruta de capital fixo; (em valores correntes).

Estoque de capital fixo = Imobilizado das empresas estrangeiras / estoque líquido de capital fixo produtivo (estruturas não-residenciais e máquinas e equipamentos); em valores constantes de 1995.

Estoque líquido de riqueza = patrimônio líquido das empresas estrangeiras / estoque líquido de riqueza total (estruturas residenciais; estruturas não-residenciais, máquinas e equipamentos, automóveis e eletrodomésticos; deduzindo depreciação e a dívida externa); em valores constantes de 1995.

Valor bruto da produção = faturamento das empresas estrangeiras / faturamento total das empresas; (em valores correntes).

Vendas das grandes empresas = vendas das empresas estrangeiras / vendas das 550 maiores empresas do País; (em valores correntes).

Ativos do sistema bancário = ativos dos bancos estrangeiros / ativos totais do sistema bancário brasileiro; (em valores correntes).

O dado para o setor bancário em 1999 é uma estimativa preliminar.

Reinaldo Gonçalves é professor Titular de Economia Internacional da UFRJ (rgoncalves@alternex.com.br) e autor de *Globalização e Desnacionalização*, São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1999.

ELEIÇÃO

CORECON/RJ

Reelegeu presidente e elegeu novo vice e conselheiros

Eduardo Mendes Callado foi reeleito presidente e Sidney Pascountto da Rocha assumiu a vice-presidência, na 1ª Sessão Ordinária, realizada em 11 de janeiro passado. Na mesma ocasião tomaram posse, de acordo com as normas regimentais, o segundo terço de Conselheiros com mandato de 2000/2002, os senhores: João Manoel Gonçalves Barbosa, Reinaldo Gonçalves e Maria José Cyhlar Monteiro para Conselheiros Efetivos; Paulo Sérgio Souto, Sandra Maria Carvalho de Souza e Mauro Osório da Silva para Conselheiros Suplentes.

Por uma Lei internacional de insolvência para os países devedores¹

DÍVIDA COMO FATOR DE EMPOBRECIMENTO

Em tempos recentes, nas negociações da dívida externa os credores sempre prevaleceram. Eles se organizaram em diferentes fóruns informais (Clube de Paris, Clube de Londres, Comitê de Bancos Comerciais Privados, Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial) para atuar juntos em relação aos países devedores. Nenhum destes fóruns tem um mandato legal e legítimo para fazer isto; são instâncias não democráticas, onde o interesse de uma das partes reina absoluto sobre o lado mais débil e vulnerável.

Eles chegam a forçar os países devedores a permanecer fragmentados aceitando negociações caso por caso. Os três tipos de credores (oficiais, privados e multilaterais) têm ganho extraordinárias cifras através dos juros, e têm geralmente ignorado o peso excessivo que o serviço ininterrupto da dívida impõe à economia e às populações dos países devedores. Ilegitimamente eles têm desempenhado o papel simultâneo de juizes e parte interessada.

Os credores não têm se comportado à altura da sua responsabilidade. No mundo das finanças, empréstimos são também investimentos de risco. E quando algum investidor perde uma aposta, ele deve aceitar a perda e pagar o preço por haver corrido o risco. No caso da dívida externa os credores simplesmente não podem perder – e os devedores nunca podem ganhar. Estes já pagam uma comissão pelo risco de uma eventual insolvência. E, apesar disto, a insolvência não é um direito reconhecido para os países, apenas para empresas e indivíduos (nos países indus-

trializados). Em conseqüência, os países devedores estão sobreendividados sob o peso de dívidas impagáveis.³ E o critério mais evidente para avaliar quando um país franqueia a fronteira da insolvência é quando começam a tomar empréstimos para pagar os juros, perpetuando assim o círculo vicioso macabro: quando mais pagam, mais devem.

Um exame da situação dos países mais pobres e mais endividados (PPME) revela que eles estão “efetivamente insolventes, incapazes de financiar o pagamento de suas dívidas e de assegurar um padrão de vida digno para seus povos” (LWF, 1999: 9), inclusive trabalho, alimento, moradia, acesso a serviços de saúde, educação e serviços sociais básicos. É o mesmo que dizer que suas dívidas são insustentáveis. Mas também países que não são pobres em recursos naturais, fontes de energia e capacidade produtiva da população estão prisioneiros de uma situação semelhante. Dois exemplos sobressaem: o Equador e o Brasil.

No Equador, uma em cada dez pessoas morre antes dos 40 anos; um terço da população é carente de água potável e um quinto, de serviços de saúde. Um em cada dez equatorianos é analfabeto, e quase um terço da população tem uma renda de menos de um dólar por dia. Quatro de cada cem crianças não sobrevivem à idade de cinco anos. Apesar disso tudo, 30% do orçamento do país são gastos no pagamento de juros aos credores externos. (LWF, 1999: 5-6) Os juros da dívida pública interna e externa alcançam o correspondente a 7% do PIB!

Durante anos o país tem estado

submetido ao ajuste estrutural comandado pelo FMI. Com que resultados? Desemprego de 16% e subemprego de 57% em 1999; isto é, 75% da força de trabalho sem um emprego pleno e estável, e dois terços da população vivendo em condições graves de pobreza. Frente aos gastos com o serviço das dívidas, a necessidade bruta de financiamento externo chegou a 11,8% do PIB em 1998 e 11% em 1999. O serviço total equivale a 50% das receitas de exportação de bens e serviços. (Espinosa, 1999: 2).

No Brasil, segundo o IPEA, 32 milhões de crianças pertencem a famílias cuja renda é inferior a dois dólares por dia, enquanto três milhões de idade abaixo de 14 anos trabalham em vez de estudar e gozar da infância. Os famintos atingem 29% da população, ou 47 milhões, pois sobrevivem com renda abaixo de um dólar do dia. A dívida social das elites para com a população também inclui o déficit de 10 milhões de moradias mais 8 milhões em condições precárias. 60% dos investimentos sociais beneficiam os 50% mais ricos do país. Apesar disso, em 1982 e de novo de 1987 o Brasil ficou insolvente e foi forçado a declarar moratória de seus pagamentos internacionais. Em 1998, depois da crise russa, um pacote de empréstimos ao Brasil, no valor de US\$ 41,5 bilhões, foi rapidamente cozinado pelo FMI em Washington, para evitar que o Brasil entrasse em bancarrota. Em agosto de 1999 o governo Cardoso havia estabelecido que 64% do orçamento federal seriam dedicados a servir as dívidas interna e externa. (CD, 1999: 2) Dados recentes do Banco Central estimam que o Brasil teria pago aos

credores externos em 1999 a aberrante quantia de US\$ 67,1 bilhões, da qual US\$ 15,2 bilhões só de juros! A receita de exportações foi de US\$ 48 bilhões, mas as importações alcançaram US\$ 49,2 bilhões. (BCB, 1999: 3) Portanto, a balança de transações correntes, que tem estado no vermelho há vários anos, excedeu os 4% do PIB em 1998. O tema da insolvência, portanto, tem relevância para todos os países altamente endividados, inclusive os chamados “emergentes”.

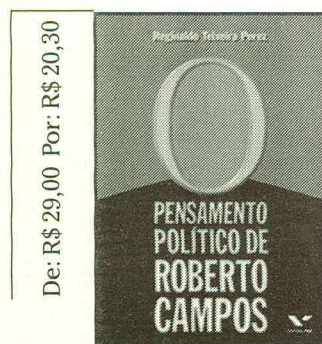
O Tribunal da Dívida Externa tinha isto em mente, quando formulou seu Veredicto sobre a dívida brasileira em abril de 1999, no Rio de Janeiro. Entre suas recomendações estão: uma auditoria da dívida externa pública e de todo o processo de endividamento, com a participação ativa da sociedade civil; por uma moratória soberana e pelo cancelamento do acordo com o FMI; por uma política de desenvolvimento centrada nos direitos individuais e sociais, fundada principalmente nos recursos materiais e humanos do próprio Brasil, superando assim a lógica e a prática perversas do sobre-endividamento irresponsável.

UMA LEI INTERNACIONAL DE INSOLVÊNCIA PARA OS PAÍSES

Uma das alternativas institucionais viáveis é a extensão do direito de insolvência às nações. É urgente reconhecer que a dramática situação que vive a maioria das nações endividadas não é *natural*, mas sim o resultado de políticas impostas pelos poderosos credores, com o acordo das elites locais. Portanto, esta situação *podde e deve ser*

LIVROS COM DESCONTO

A Editora FGV está oferecendo os livros abaixo, com descontos de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia - RJ. Trata-se de um convênio realizado entre uma grande Editora e um órgão de representação da categoria, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a sua formação.



O pensamento político de Roberto Campos: da razão do Estado à razão do mercado: 1950-95

Reginaldo Teixeira Perez

▼ **ECONOMIA & POLÍTICA: INSTITUIÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA NO BRASIL**
Jorge V. Monteiro
De: R\$ 26,00 Por: R\$ 18,20

▼ **CUSTOS — UM ENFOQUE ADMINISTRATIVO — VOL. I**
George G. Leone
De: R\$ 41,00 Por: R\$ 28,70

▼ **ELEMENTOS DE MATEMÁTICA FINANCEIRA**
Luiz A. F. Cavalheiro
De: R\$ 23,00 Por: R\$ 16,10

▼ **MANUAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO — VOL. I**
C. Machline e outros
De: R\$ 48,00 Por: R\$ 33,60

▼ **CONTABILIDADE FINANCEIRA PARA EXECUTIVOS**
Alvaro G. Oliveira
De: R\$ 39,00 Por: R\$ 27,30

▼ **ANÁLISE CONTÁBIL — ANÁLISE DE BALANÇOS**
Américo M. Florentino
De: R\$ 21,00 Por: R\$ 14,70

▼ **ENSAIOS ANALÍTICOS**
Mario Henrique Simonsen
De: R\$ 45,00 Por: R\$ 31,50

▼ **FLEXIBILIDADE DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL**
José M. Camargo
De: R\$ 42,00 Por: R\$ 29,40

▼ **MULTIPARTIDARISMO E DEMOCRACIA: UM ESTUDO SOBRE O SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO**
Jairo M. Nicolau
De: R\$ 19,00 Por: R\$ 13,30

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.

Horário de funcionamento:
De Segunda a Sexta das 13 às 17h.
Telefone: (0xx21) 232-8178.

ARTIGO

mudada por meio de outras políticas, que requerem um ato de vontade política por parte das autoridades.

A Declaração de Tegucigalpa, lançada em janeiro de 1999 pela Plataforma do Jubileu 2000 da América Latina e Caribe, exige "o cancelamento da dívida imoral e ilegítima dos países do Terceiro Mundo com base nos seguintes princípios", dos quais mencionarei os três primeiros:

- Transparência dos processos inclusão de todas as partes envolvidas.

- Para futuras negociações: limitação do serviço da dívida externa a uma porcentagem não superior a 3% da receita anual das exportações de cada país, levando em conta o precedente do Peru em 1946, e da Alemanha em 1953.

- Integração e coordenação de todas as partes envolvidas, levando em conta o Direito de Insolvência legalizado nos Estados Unidos, que regula os procedimentos de insolvência para municípios e distritos.

Durante anos a movimento social de vários países tem discutido a proposta de uma lei internacional de insolvência, inspirada no Capítulo 9 da Lei de Insolvência dos EUA. Esse direito é reconhecido para empresas e indivíduos, mas os credores internacionais o têm ignorado em relação às nações altamente endividadas. Em consequência, os credores estrangeiros têm podido exigir pagamentos muito superiores à capacidade das economias endividadas - com efeitos fatais para a saúde da economia, a soberania nacional e sobretudo o bem estar dos setores mais vulneráveis.

Numa proposta de seminário sobre o tema das negociações justas e transparentes da dívida externa, Cisneros e Kaiser (1999) esboçam a proposta feita pelo Prof. Kunibert Raffer em 1989⁴, indicando os elementos-chave para um

procedimento de arbitragem e insolvência internacional.

1. Um processo internacional de insolvência implica que a nação devedora declara sua incapacidade de pagar a dívida e recusa os mecanismos tradicionais de negociação (acordos de bastidor com os clubes de credores; mediação intersetorial do FMI, também credor e representante dos interesses dos credores, portanto sem a isenção adequada para o papel; condicionalidades que violam a soberania nacional e popular; etc.). Em vez disso, requer a criação de uma arbitragem independente, cuja sentença não teria apelação por nenhuma das partes. O tribunal seria constituído por um número igual de juizes selecionado pelas duas partes, mais uma pessoa unanimemente escolhida pelos juizes.

2. Este tribunal pronunciará seu veredicto com base no testemunho de todas as pessoas que representam as partes afetadas pelo pagamento ou pela moratória do pagamento da dívida externa. Assim, tanto os comitês de credores como os representantes dos setores sociais afetados (sindicatos, organizações populares e políticas, Igrejas representando os 'sem-voz', etc.) terão o direito de dar testemunho perante o tribunal.

3. O tribunal estimaria a quantia que seria paga, preservando necessariamente os recursos essenciais para que o governo do país devedor garanta os serviços básicos aos seus cidadãos. Aqui também o Capítulo 9 da Lei norte-americana prevê critérios para o estabelecimento de uma "garantia mínima" para os Estados devedores. É precisamente a mesma proteção que goza qualquer indivíduo nos países da OCDE, onde por lei a dívida não pode pôr em risco a sobrevivência e a dignidade da pessoa.

Diversas questões estão implicadas na proposta de uma Lei de Insolvência para os Estados. Focalizarei apenas quatro. A primeira é

o problema de que critérios utilizar para definir uma situação de insolvência de um Estado. Acreditamos que o ponto crítico é franqueado quando o país devedor começa a tomar empréstimos para servir a dívida externa, e não mais para investir na produção e no desenvolvimento. É a situação a que a decisão unilateral dos EUA no fim dos anos 70, de aumentar em quase três vezes em poucos meses a taxa de juros, levou a grande maioria dos países endividados do hemisfério Sul. É a situação em que se encontram dezenas de países "em desenvolvimento", inclusive o Brasil de FHC.

A segunda questão é como contornar o problema do receio natural do país devedor de perder sua credibilidade financeira com a decretação da insolvência. A solução que consta em algumas propostas favoráveis à Lei de Insolvência para as nações é dar aos países devedores a opção de declarar-se insolvente ou de simplesmente em dificuldades que exigem a constituição de um tribunal de arbitragem. Está em estudo a possibilidade de criação tanto de tribunais *ad-hoc*, para os casos específicos, quanto a de uma Corte internacional permanente, ligada juridicamente, por exemplo, à Corte Internacional de Haia, com poderes abrangentes e com recursos para pesquisar detalhadamente a situação das partes em questão à luz de uma legislação internacional criada para este fim.

A terceira questão, levantada por representantes dos credores privados e multilaterais, é para que uma nova instituição se já existem instâncias que lidam adequadamente com as negociações da dívida externa, como o Clube de Paris, do credores oficiais, e o Clube de Londres, dos credores privados, além das próprias instituições financeiras multilaterais? A resposta é que as duas primeiras instâncias não têm nenhuma validade jurídica.

ARTIGO

ca, são criações informais dos credores, semi-clandestinas, sem estatuto e sem qualquer obrigação de prestação de contas a quem quer que seja. São espaços não transparentes, completamente comandados pelos credores. De nenhuma forma eles servem de argumento contra a criação de uma legislação e uma instância jurídica internacional, independente e democrática, conforme está proposta. As IFIs, por sua vez, representam sobretudo o interesse dos seus contribuintes mais ricos, que são os que têm o maior poder de voto. E são elas próprias credoras dos países em questão. Portanto, não têm a independência necessária para cumprir a função de árbitros ou juizes.

A quarta questão é se uma tal lei e tribunal de insolvência iria neutralizar o argumento de que uma parte significativa da dívida externa dos países do Sul é impagável, ou é 'odiosa' (gerada por ditadores ou marcada por processos patentes de corrupção, com a conivência dos próprios credores), ou é socioeconomicamente insustentável. A resposta dos propositores da Lei de Arbitragem e Insolvência é que, pelo contrário, tanto os Estados como as sociedades civis dos países devedores teriam um tribunal de apelação com que contar para pesquisar a realidade daquelas alegações, avaliá-las de forma justa e isenta, e tornar reconhecida internacionalmente sua decisão soberana.

ATÉ QUE PONTO JÁ AVANÇOU ESTA PROPOSTA?

Desde que o Prof. Raffer lançou sua proposta, o Conselho Nacional Suíço, país credor, tem discutido a questão. Concluiu que uma reforma internacional seria um progresso, mas não poderia ser levada apenas pela Suíça. Em abril de 1999, o parlamento alemão deu ao governo federal o mandato de examinar as possibilidades de uma lei internacional de insolvência, juntamente

com os outros países do Grupo dos 7 mais ricos. Tais medidas resultam da pressão exercida pela Campanha internacional do Jubileu 2000 sobre o G7, que culminou em Colônia, em junho de 1999, com a apresentação de mais de 17 milhões de assinaturas pleiteando o cancelamento da dívida dos PPME. Em vários fóruns internacionais a Suíça e a Alemanha estão propondo uma consulta de alto nível para examinar esta reforma ainda no ano 2000.

Outros países credores, assim como as agências multilaterais da família da ONU deveriam ser pressionadas também para aderir a este esforço. Os governos do Sul também devem ser abordados neste sentido. Segundo Cisneros e Kaiser, se um só devedor decide tornar pública sua recusa dos mecanismos tradicionais e se oferece para negociar sua dívida por meio de um processo justo e transparente, os credores, inclusive aqueles que têm ignorado o assunto, serão forçados a discutir a proposta. Isto pode ser obtido pela iniciativa de um governo em séria dificuldade financeira, como o Brasil em meados de 1998 e de novo em princípios de 1999, ou o Equador, que está insolvente desde pelo menos outubro de 1999. Ou ainda por pressão do movimento social organizado em campanhas como a do Jubileu 2000.

Em dezembro de 1999 foi realizado em Guayaquil, Equador, um seminário sobre "Como negociar a Dívida de Modo Independente e Transparente". A posição dos movimentos sociais equatorianos, organizados na campanha Jubileu 2000 equatoriana, é que a nação se beneficiaria enormemente caso um sistema de arbitragem já estivesse existindo. Estão pressionando o governo para aproveitar a ocasião da moratória forçada para solicitar uma arbitragem internacional e criar a jurisprudência que beneficiaria outros países em dificuldade. A campanha Jubileu 2000 brasileira apoia a demanda dos movimen-

tos sociais equatorianos. E está dedicada durante o ano 2000 a organizar um Plebiscito Nacional sobre as dívidas externa e interna do Brasil e o acordo do governo FHC com o FMI. Será um voto de cidadania, que todo brasileiro e brasileira jovem e adulta está convidado a exercer.

Marcos Arruda é economista e educador, coordenador geral do PACS (Rio de Janeiro) e sócio do Instituto Transnacional (Amsterdã).

BIBLIOGRAPHY

BCB - Banco Central do Brasil, 2000, "Informações Econômicas", Brasília, 1 Fev. (www.bcb.gov.br/htmls/notecon1.htm)

CD - Câmara dos Deputados, Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, 1999, "Sinopse da Execução Orçamentária", Ano 1, n. 4, janeiro a agosto, Brasília, setembro.

Cisneros, Liana e Kaiser, Jürgen, 1999, "Negociar la Deuda Externa en Forma Justa y Transparente", Essen and London.

Edwards, S, 1999, "Latin America at the end of the Century: More of the Same?", em *Revista Gestión*, n. 66, UCLA, dezembro.

LWF, Federação Luterana Mundial, 1999, "Life After...Debt?" Jubilee 2000", em *Development Education Forum*, n. 8, Genebra, dezembro.

Raffer, Kunibert, 1993, "From Cancún to Vienna: International Development in a New World", em *Bruno Kreisky Forum for International Dialogue* (ed.), pp. 64-74, Vienna.

World Bank, 1999, "Global Development Finance - Analysis and Summary Tables", Washington DC.

¹ Sumário da apresentação do autor no Simpósio "um direito de insolvência para os Estados?", Berna, 9 de março de 2000. 9 março 2000, Berne, Suíça.

³ Dívida externa latino-americana: US\$ 60 bilhões no meio dos anos 70; US\$ 204 bilhões em 1980; US\$ 443 bilhões em 1990; e US\$ 706 bilhões em 1999, exigindo US\$ 123 bilhões como serviço da dívida. Entre 1982 e 1996, os países da América Latina pagaram US\$ 739 bilhões aos credores, mais do que o estoque da dívida acumulada. (World Bank, 1998, "World Development Finance").

⁴ A íntegra da proposta de Raffer pode ser lida em Raffer, 1993.

LIVROS COM DESCONTO

A Editora Record está oferecendo os livros abaixo, com desconto de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia - RJ. Trata-se de um convênio firmado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria com intuito de ofertar obras com vantagens e permitir acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a formação dos economistas.



Aspectos morais do crescimento econômico, Barrington Moore, Jr. De R\$ 25,00 Por R\$ 17,50

- *A Corrosão do Caráter* - Richard Sennet. De R\$ 25,00 por R\$ 17,50.
- *A Terceira Via* - Anthony Giddens. De R\$ 25,00 por R\$ 17,50.
- *Falso Amanhecer* - John Gray - De R\$ 25,00 por R\$ 17,50.
- *Destruição Não Criadora* - Memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada - Maria da Conceição Tavares - De R\$ 25 por R\$ 17,50.
- *O Tributo do Tempo* - Luiz Roberto Nascimento Silva - De R\$ 12,00 por R\$ 8,40.
- *Chairman* - O Novo Brasil e as Multinacionais - Getulio Bittencourt - De R\$ 25,00 por R\$ 17,50.
- *A Idéia de Decadência na História Ocidental* - Arthur Herman - De 56,00 por R\$ 39,20.
- *Inimigos do Futuro* - Kirkpatrick Sale - De R\$ 30,00 por R\$ 21,00.
- *O Livro Negro do Capitalismo* - Organizado por Gilles Perrault - De R\$ 45,00 por R\$ 31,50.
- *O Mercado Futuro e de Opções* - Octavio Bessada - De R\$ 14,00 por R\$ 9,80.

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.
Horário de funcionamento: de segunda a sexta, das 13h às 17h.
Telefone: (0xx21) 232-8178

ARTIGO

por Solange Sanches —

A outra realidade no mercado de trabalho brasileiro

A intensa presença das mulheres no mercado de trabalho no Brasil provoca um debate que ganha a cada dia mais densidade. Este talvez seja, juntamente com o crescimento da organização das mulheres em várias esferas da sociedade brasileira, o grande passo a ser comemorado com a passagem do Dia Internacional da Mulher deste ano.

O mercado de trabalho é a expressão viva da sociedade que o engendra: nele atuam e estão representados valores, ideais, condicionantes e forças políticas dos vários grupos sociais. Não há mercado de trabalho regido apenas pelo arcabouço legal ou por condições macroeconômicas, a organização e as representações sociais constroem suas próprias normas de funcionamento ao lado e por dentro das outras regras. Todo um universo de relações sociais desenvolve-se explícita ou implicitamente nas relações de trabalho.

Este é o argumento fundamental de uma outra abordagem do mercado de trabalho brasileiro que permite compreender a existência (e persistência) de um conjunto de desigualdades que caracterizam a inserção produtiva das mulheres e de outros grupos sociais. Mais do que isso, é o argumento para uma visão política das relações de trabalho e da desigualdade social no país à qual se agregam outras dimensões explicativas: a divisão racial e sexual do trabalho e a economia política da segregação e do preconceito. A esta dimensão se agregam as relações e papéis entre os sexos, a proteção social e as condições de vida e trabalho de uma parcela significativa da população brasileira.

A edição especial do Boletim DIEESE de março de 2000, traz uma radiografia de parte desta realidade. As mulheres correspondem, hoje, a cerca de 41% da população economicamente ativa no Brasil.

Em 1998, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE, eram aproximadamente 31 milhões no mercado de trabalho. Um segmento crescente, que vem de quase 15 milhões, em 1981, para

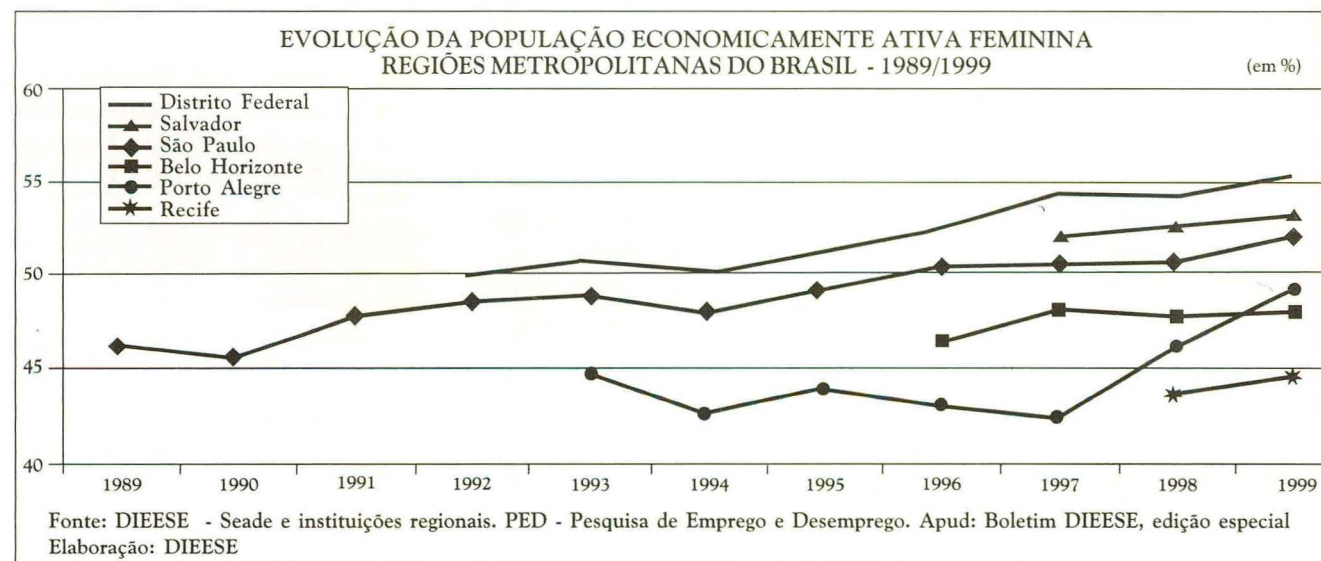
cerca de 23 milhões, em 1990. Trata-se, assim, de um contingente expressivo da mão de obra nacional tanto por sua inserção específica como pela quantidade de postos de trabalho e de renda que representa.

TABELA 1
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, POR SEXO
BRASIL 1981-1998

	1981		1990		1998	
	Números absolutos	Em %	Números absolutos	Em %	Números absolutos	Em %
Mulheres	14.849.662	31,27	22.866.793	35,47	31.271.707	40,67
Homens	32.638.864	68,73	41.601.188	64,53	45.614.025	59,33
Total	47.488.526	100,00	64.467.981	100,00	76.885.732	100,00

Fonte: IBGE. PNAD. Apud: DIEESE. Boletim DIEESE, edição especial e Anuário dos Trabalhadores 1993. Elaboração da autora

As informações coletadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, realizada pelo convênio DIEESE/SEADE e instituições regionais nas regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e no Distrito Federal mostram a elevação constante da taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho (Gráfico 1).



O crescimento consistente das mulheres na esfera econômica demonstra um movimento diverso daqueles tradicionalmente atribuídos a esse fenômeno. Não se trata apenas de episódios de ingresso no mercado de trabalho para complementar a renda familiar, embora essa motivação esteja também certamente presente, especialmen-

te quando se considera as sucessivas crises da economia brasileira e as altas taxas de desemprego. Trata-se, sim, de uma mudança social de grandes proporções, pois envolve transformações nas expectativas de vida pessoal, nas relações familiares, nas demandas aos serviços públicos de educação e de cuidado com a infância e, funda-

mentalmente, nas relações de trabalho e na organização sindical. As mulheres entraram no mercado de trabalho para ficar.

No entanto, sua inserção mantém-se diferenciada. A maioria das mulheres é assalariada, tal como os homens, porém cerca de 17% têm no emprego doméstico o seu sustento, enquanto entre os homens esse

ARTIGO

percentual é de apenas 0,8%, segundo dados de 1998, da PNAD. São também as mulheres que trabalham em maior proporção em postos não remunerados e têm maior participação em atividades agrícolas, nos serviços e comércio, além das atividades classificadas como sociais.

O desemprego mostra taxas ascendentes, na última década, para todos os segmentos do mercado de trabalho e apresenta movimentos diversos para cada um deles, conforme o período que se analisa. Mas há indicadores persis-tentes: alguns grupos, como as mulheres e, especialmente as mulheres negras, apresentam taxas sistematicamente mais elevadas em qualquer circunstância.

Em 1999, as mulheres apresentaram taxas de desemprego mais altas do que os homens em todas as regiões metropolitanas, situação que se repete em um corte temporal. Por exemplo, desde 1985, quando se inicia a PED em São Paulo, o desemprego é mais acentuado entre as trabalhadoras (Tabela 3).

TABELA 2
Taxas de Desemprego, por Sexo
Brasil Regiões metropolitanas - 1999

			(em %) Total
	Mulheres	Homens	
São Paulo	21,7	17,3	19,3
Belo Horizonte	20,4	15,9	17,9
Distrito Federal	24,6	18,8	21,6
Porto Alegre	21,9	16,7	19,0
Recife	25,2	19,6	22,1
Salvador	29,9	25,8	27,7

Fonte: DIEESE/SEADE e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego. Apud: DIEESE. Boletim DIEESE, edição especial. Elaboração: DIEESE

TABELA 3
Taxas de Desemprego, por Sexo
Regiões Metropolitanas de São Paulo, Porto Alegre e Distrito Federal
1985/1999

(em %)

Ano	RM São Paulo		Distrito Federal		RM Porto Alegre	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
1985	15,5	10,1	-	-	-	-
1987	12,2	7,3	-	-	-	-
1989	10,6	7,5	-	-	-	-
1990	12,1	9,1	-	-	-	-
1992	17,1	13,9	17,8	13,7	16,4	12,5
1994	16,4	12,7	17,0	12,6	13,2	10,0
1995	15,3	11,8	17,3	14,4	12,9	9,2
1996	17,2	13,5	19,1	15,0	14,1	12,4
1998	21,2	16,0	22,1	17,3	18,6	13,7

Fonte: DIEESE/SEADE, FEE, FGTAS/SINE-RS e GDF (CODEPLAN E STB). PED - Pesquisa de emprego e desemprego.

Obs.: A pesquisa inicia-se em 1992 no Distrito Federal e Porto Alegre. Elaboração da autora.

Mas é a análise do desemprego considerando os atributos de sexo e raça que mostra a situação mais vergonhosa. E demonstra como as interdições baseadas em critérios discriminatórios atuam no mercado de trabalho, fruto de idéias que se engendram em outras esferas e que se expressam nas oportunidades de trabalho.

As taxas de desemprego das mulheres negras são quase o dobro das verificadas para os homens não-negros em São Paulo e Salvador (Tabela 4). Atingem mais de 70% em Belo Horizonte e Porto Alegre e marcam 62% e 58% a mais em Recife e Belo Horizonte.

É de fundamental importância, neste debate, observar que os dados apresentam uma homogeneidade tal que não pode ser explicada por variáveis de outra natureza que não a segmentação racial e sexual no mercado de trabalho. Isto significa dizer que não existe qualquer variável endógena ou de atributo pessoal que justifique uma distribuição nacional tão uniforme de resultados.

TABELA 4
Taxas de Desemprego segundo Raça, por Sexo
Brasil - Regiões Metropolitanas 1998

(em %)

Regiões Metropolitanas	Negros		Não-negros		Diferença entre as taxas de mulheres negras e homens não-negros
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	
São Paulo	25,0	20,9	19,2	13,8	81%
Salvador	27,6	24,0	20,3	15,2	82%
Recife	26,3	20,5	22,6	16,2	62%
Distrito Federal	22,4	18,9	21,0	14,2	58%
Belo Horizonte	20,5	15,8	16,8	11,5	78%
Porto Alegre	22,7	19,2	18,1	13,1	73%

Fonte: DIEESE/SEADE e entidades regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego. Apud: INSPIR/DIEESE. Mapa da população negra no mercado de trabalho
Obs.: Raça negra: pretos e pardos; não-negra: brancos e amarelos

AS DIFERENÇAS DE RENDIMENTOS

É consenso que a renda é o elemento fundamental na determinação do padrão de vida das famílias e elemento constitutivo da qualidade do trabalho. Outra vez, em que pesem diferenciais que apresentam pequeno recuo na sua trajetória recente, as mulheres estão em pior situação em todas as regiões metropolitanas analisadas: o rendimento médio real anual das mulheres ocupadas é menos de 70% dos rendimentos auferidos pelos homens (Tabela 5).

TABELA 5
Rendimento Médio Real Anual dos Ocupados no Trabalho Principal,
segundo Sexo
Brasil Regiões metropolitanas - 1999
(em R\$ de novembro/99)

Regiões Metropolitanas	Mulheres	Homens	Rendimento das mulheres em relação ao dos homens
São Paulo	664	1.027	64,7%
Belo Horizonte	453	735	61,6%
Distrito Federal	822	1.220	67,3%
Porto Alegre	499	731	68,3%
Recife	357	548	65,1%
Salvador	408	647	63,1%

Fonte: DIEESE/SEADE e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego. Apud: DIEESE. Boletim DIEESE, edição especial
Elaboração: DIEESE

ARTIGO

Ocorre o mesmo fenômeno já verificado em relação ao desemprego: a população negra tem rendimentos sistematicamente menores em todas as regiões metropolitanas e, entre todos, as mulheres negras são as mais penalizadas. Tomando como base a renda dos homens não negros, as mulheres negras recebem apenas, em média, entre 28% a 47% de seus rendimentos. A hierarquia dos rendimentos repete-se monotonamente em todas as regiões: homens não negros, mulheres não negras, homens negros, mulheres negras. Mais uma vez, os dados uniformemente desiguais são incompreensíveis a menos que a hipótese da discriminação seja considerada.

TABELA 6 - Rendimento Médio Mensal dos Ocupados por Sexo segundo Raça - Brasil - Regiões Metropolitanas 1998 (em reais de dezembro de 1998)

Regiões Metropolitanas	Negros			Não-negros		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
São Paulo	512	399	601	1.005	750	1.188
Salvador	403	297	498	859	647	1.051
Recife	363	272	427	619	462	739
Distrito Federal	765	614	898	1.122	923	1.306
Belo Horizonte	444	319	670	735	548	883
Porto Alegre	409	334	472	628	504	715

Fonte: DIEESE/SEADE e entidades regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego. *Apud*: INSPIR/DIEESE. Mapa da população negra no mercado de trabalho. Elaboração: DIEESE. Obs.: Raça negra: pretos e pardos; não-negra: brancos e amarelos.

TABELA 7 - Índices do Rendimento Médio Mensal por Sexo segundo Raça - Brasil - Regiões Metropolitanas 1998

Regiões Metropolitanas	Índices de rendimentos (1)			
	Mulheres negras	Homens negros	Mulheres não-negras	Homens não-negros
São Paulo	33,6	50,6	62,5	100,0
Salvador	28,3	47,4	63,1	100,0
Recife	36,8	57,8	62,5	100,0
Distrito Federal	47,0	68,8	70,7	100,0
Belo Horizonte	36,1	75,9	62,1	100,0
Porto Alegre	46,7	66,0	70,5	100,0

Fonte: DIEESE/SEADE e entidades regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego. *Apud*: INSPIR/DIEESE. Mapa da população negra no mercado de trabalho. Elaboração: DIEESE. Nota: (1) Rendimento médio mensal do homem não-negro = 100. Obs.: Raça negra: pretos e pardos; não-negra: brancos e amarelos

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Os resultados da conjugação de períodos recessivos e da prática das teorias liberais de desregulamentação do mercado de trabalho, aliados ao parco esforço de cumprimento da legislação por parte do Estado, mostram-se claramente no elevado percentual de trabalhadores de ambos os sexos em condições de trabalho precárias no país.

Esta é a parcela da mão de obra que exerce suas atividades com vínculos empregatícios frágeis ou inexistentes e, na sua maioria, sem qualquer direito aos benefícios sociais. A proporção de mulheres ocupadas em situação de trabalho vulnerável é entre 12 e 15 pontos percentuais superior à proporção de homens nesta mesma situação (Tabela 8).

TABELA 8 - Proporção de Ocupados em Situações de Trabalho Vulneráveis (1), por Sexo Brasil Regiões metropolitanas - 1999 (em %)

Regiões Metropolitanas	Mulheres	Homens
São Paulo	42,7	31,2
Belo Horizonte	43,4	31,5
Distrito Federal	38,2	24,4
Recife	51,3	36,5
Salvador	50,0	35,8

Fonte: DIEESE-SEADE e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego. *Apud*: DIEESE. Boletim DIEESE, edição especial. Elaboração: DIEESE. Nota: (1) Inclui os assalariados sem carteira de trabalho assinada, os autônomos que trabalham para o público, os trabalhadores familiares não-remunerados e os empregados domésticos

QUALIDADE DE VIDA

Resta relacionar o mercado de trabalho e a qualidade de vida, dado que cresce o número de mulheres chefes de família. Em 1990, 20% do total de chefes de família eram mulheres, em 1995, eram 22% e, em 1998, já chegam 26%, como se vê na Tabela 9.

Assim se demonstra não só a extensão da mudança social que vem ocorrendo, mas que, para mais de ¼ das famílias brasileiras, os rendimentos das mulheres não têm um caráter complementar, ao contrário, são responsáveis pelo sustento destes lares.

TABELA 9 Chefes de Família, por Sexo Brasil - 1990-1998 (em%)

Sexo	1990	1995	1998
Mulheres	20,3	22,9	25,9
Homens	79,7	77,1	74,1
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. PNAD. *Apud*: DIEESE. Boletim DIEESE, edição especial. Elaboração: DIEESE

O que se coloca em questão, portanto, ao debater a situação das trabalhadoras brasileiras, é muito mais do que uma simples "conversa de mulheres", como alguns círculos menos avisados querem supor. Ou que tudo poderia ser resolvido simplesmente com o seu retorno à vida exclusiva no lar. Ou que se possa esperar que a própria dinâmica das forças em ação conduza a um final feliz.

As mulheres não são mais invisíveis na sociedade e trazem para a discussão a vida doméstica, o espaço do trabalho e as instituições políticas, os sistemas de saúde e de proteção à maternidade, à infância e à velhice. Mostram as chagas da nossa violência: a maioria absoluta das mulheres é agredida no lar e como os casos de assédio sexual são o mais das vezes resolvidos colocando-se a culpa nas próprias vítimas. As desigualdades que cercam as mulheres negras são o espelho mais nítido da amplitude que têm o preconceito racial e sexual no país.

Esta "conversa" propõe um horizonte social e político mais amplo, uma vez que questiona, em seus fundamentos, as possibilidades de aplicação dos mais elementares direitos humanos e de cidadania no país mantidas as atuais circunstâncias. Seus objetivos abrangem as relações de poder, as relações de trabalho e inserem-se, decisivamente, na ação política para a construção da democracia e da igualdade social no Brasil.

É por isso que as entidades sindicais brasileiras e as organizações de mulheres e feministas de todo o Brasil convidam a todos para juntarem-se à Marcha Mundial de Mulheres 2000 Contra a Pobreza e a Violência.

IBMEC

I Simpósio sobre Política Monetária e Sistema Financeiro

da Faculdade de Economia e Finanças do IBMEC

Título: Política Monetária, Sistema Financeiro e Alongamento da Dívida Pública

Data: Terceira Semana de Maio - data a confirmar

Organização: GEFMA (Grupo de Estudos de Finanças e Macroeconomia)

Prof. José Luís Oreiro (Coordenador); Prof. Robson Ribeiro Gonçalves; Prof^a Lavínia Barros de Castro; Prof. Antônio Carlos Assumpção

Abertura: Antônio Freitas (IBMEC-RJ)

PAINEL I: Política Monetária Recente no Brasil

(11:15h - 12:45h)

Mediador: Eduardo Mendes Callado (Presidente do CORECON-RJ)

Palestrantes: Carlos Thadeu de Freitas Gomes (IBMEC-RJ)

Rogério Studart (IE/UFRJ) (confirmado)

Lauro Garcia (FGV/RJ) (confirmado)

PAINEL II: Alongamento da Dívida Pública no Brasil

(14:15h - 15:45h)

Mediador: Valéria Arêas Coelho (Superintendência Técnica da ANDIMA)

Palestrantes: Robson Pinheiro Gonçalves (IBMEC/IPEA) (confirmado)

Rogério Sobreira Bezerra (UCAM-IPANEMA/UFRJ) (confirmado)

João Carlos Scandiuzzi (PUC/RJ - Banco Pactual) (confirmado)

PAINEL III: Ajustamento do Sistema Financeiro: Brasil e Experiências Comparadas

(16:00h - 17:30h)

Mediador: José Luís Oreiro (IBMEC) (confirmado)

Palestrantes: Luiz Fernando de Paula (UCAM-IPANEMA/UERJ) (confirmado)

Fernando Cardim de Carvalho (UFRJ) (confirmado)

Maria Cristina Pinido de Freitas (FUNDAP) (confirmado)

SESSÃO DE ENCERRAMENTO: Perspectivas do Sistema Financeiro Internacional

Palestrante especialmente convidado: Prof. Jan Kregel (UNCTAD)

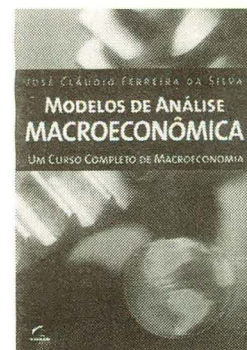
Encerramento: Paulo Guedes (Presidente do IBMEC)

CONVÊNIO

As entidades dos economistas, CORECON, SINDECON e IERJ sempre preocupadas em ampliar o leque de oportunidades e promover incentivos visando o aperfeiçoamento da categoria profissional, firmaram convênio com a ESAN/UCAM. Para obter o desconto de 20% (vinte por cento) em todos os cursos oferecidos pela ESAN/UCAM, o economista beneficiário deverá comprovar, semestralmente, a cada renovação de matrícula, estar em dia com suas obrigações para com a entidade representativa na qual se encontra filiado. As bolsas serão analisadas pela ESAN sendo deferidas e homologadas pela direção da instituição, perante o exame dos documentos dos candidatos. As bolsas concedidas não serão cumulativas. Os beneficiários de descontos pelo Convênio, perderão direito ao percentual se sua média global ficar abaixo de 6,0 (seis). Maiores informações pelo tel. (21) 531-2496, ramais 225 ou 229 - UCAM.

LIVROS COM DESCONTO

A Editora Campus está oferecendo os livros abaixo, com desconto de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio firmado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria com intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a formação dos economistas.



Modelos de Análise Macroeconômica,

Ferreira da Silva.

De: R\$ 42,00 Por: R\$ 32,55

- *Economia Internacional: Teoria e Política*. Kenen, P. - De: R\$ 85,00 Por: R\$ 59,00
- *Finanças Públicas - Teoria e Prática - Giambiagi, F., Alem, A.* De: R\$ 35,00 Por: R\$ 24,50
- *Microeconomia*. Varian, H.R. De: R\$ 79,00 Por: R\$ 55,30
- *Macroeconomia: Teoria e Política Econômica*, Blanchard, O.J. De: R\$ 75,90 Por: R\$ 53,13
- *Macroeconomia Moderna - textos de economia Keynesiana*. De Paula, L. F. R. De: R\$ 45,00 Por: 31,50
- *Introdução à Economia - Princípios de Micro e Macroeconomia*, Mankiw, G. De: R\$ 85,00 Por: R\$ 59,50
- *Globalização e Globobagens*, Krugman, P. De: R\$ 39,00 Por: R\$ 27,30
- *A Nova Economia Internacional: Uma Perspectiva Brasileira*, Gonçalves, R. De: R\$ 49,90 Por: R\$ 34,93
- *Informação e Globalização na Era do Conhecimento*, Lastres, H., Albagli, S. De: R\$ 36,50 Por: R\$ 25,55
- *O Futuro da Indústria no Brasil e no Mundo*, CNI. De: R\$ 27,00 Por: R\$ 18,90

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.
Horário de funcionamento: de segunda a sexta, das 13h às 17h.
Tel: (0xx21) 232-8178

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Veja como o município do Rio fechou suas receitas no ano de 1999. O Fórum está acompanhando o orçamento do Estado do Rio e mostra sua semelhança com o orçamento do município. E mais: quase 120 programas foram prejudicados através dos remanejamentos no município.

ANÁLISE DAS RECEITAS DO ANO DE 1999

Durante o ano acompanhamos as receitas mês a mês buscando destacar os pontos principais de suas oscilações, interpretá-los, enfim, seu comportamento.

Através do total da receita arrecadada no exercício de 1999 do município do Rio de Janeiro podemos verificar um saldo superavitário. O a receita orçamentária do município foi de R\$ 4,385 bilhões bastante próximo à previsão de R\$ 4,391 bilhões, mas o total geral da receita foi R\$ 5 bilhões. Este saldo de R\$ 668 milhões deve-se principalmente a uma receita extra orçamentária de R\$ 674 milhões. Destarte, verificamos que alguns itens de sua composição foram um pouco discrepantes do que era esperado.

A receita de Impostos foi 97% da esperada (menos R\$ 43 milhões), dentro dela está o valor arrecadado IPTU - Imposto sobre Patrimônio Territorial e Urbano - que foi 12% menor do previsto, isto é menos R\$ 78 milhões. Esta menor arrecadação de IPTU só não trouxe grande impacto dentro de tal receita devido a uma arrecadação de ISS - Imposto sobre Serviços - maior em 3%, isto é, R\$ 21 milhões e de ITBI - Imposto para Transmissão de Bens Intervivos - maior em 13%, isto é, R\$ 13 milhões.

A receita de taxas teve um papel positivo nas contas da prefeitura, pois foram maior em 7% do previsto, mais R\$ 9 milhões, sendo que todos os seus itens tiveram arrecadação maior que o prevista.

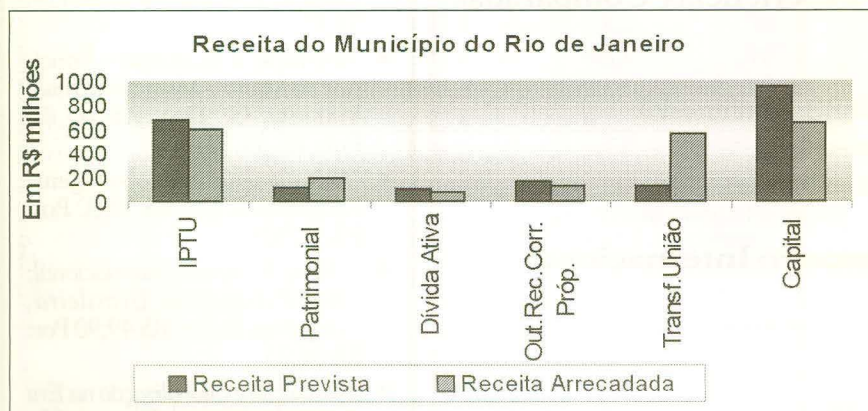
A receita patrimonial, basicamente aplicações financeiras teve uma oscilação positiva de 62%, isto é, R\$ 71 milhões a mais do previsto. Já a receita de serviços teve menos de 88% do previsto, menos R\$ 74 milhões.

A receita de Dívida Ativa foi prevista 24% a mais do que foi verificado, isto significou uma diferença negativa de R\$ 24 milhões. Outras receitas correntes próprias, item da receita composto pelas multas aplicadas pelo município e indenizações e restituições devidas, também foi superestimada com uma arrecadação de R\$ 123 milhões contra uma previsão de R\$ 160 milhões.

As transferências correntes foi um dos fatores de equilíbrio das receitas já que obtiveram arrecadação 31% a mais do que o esperado, este aumento deve-se a uma arrecadação de transferências da União 316% maior do que o previsto, que era de R\$ 132 milhões chegando a R\$ 551 milhões no final do ano.

Já as operações de crédito, que consistem em empréstimos, após o mês de julho sofreram grande redução devido a federalização da dívida municipal. Isto fez com que diminuísse a necessidade de tomada de novos empréstimos para "rolagem da dívida". Era previsto R\$ 954 milhões mas foi realizado apenas R\$ 651 milhões.

Mas o maior fator positivo foi um valor de R\$ 674 milhões a mais no orçamento municipal relativo a Receita Extra Orçamentária, composta por principalmente restos a pagar (R\$ 315 milhões), e Consignações (R\$ 232 milhões).



FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Rio de Janeiro

As matérias publicadas nesta página são de autoria de Mirelli Malaguti e Fernanda Ricardo, sob supervisão de Luiz Mário Benhken. Se você quiser participar e emitir sua opinião sobre o Orçamento carioca, as reuniões do Fórum Popular do Orçamento acontecem sempre às quintas-feiras, às 18 horas no Corecon. Estas reuniões são abertas à participação de qualquer cidadão. Para novas e outras informações e envio de críticas/sugestões para esta coluna:

Corecon: Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ
 CEP 20054-900 - Tel. (21) 232-8178 - Fax (21) 509-8121
 E-mail: coreconrj@ax.apc.org. • Home page: <http://www.economistas.com.br>
 A/C do conselheiro Luiz Mario ou das estagiárias Mirelli Malaguti e Fernanda Ricardo.

O ORÇAMENTO E AS PRIORIDADES DO PREFEITO

Continuando o acompanhamento que o Fórum faz das aberturas de crédito suplementar, os chamados remanejamento, constatamos que o prefeito já remanejou cerca de R\$ 171 milhões, até o mês de março, o que significa 3,6% do orçamento inicial. Apesar da porcentagem parecer pequena a primeira vista, não podemos esquecer que este valor significa o prejuízo de muitas secretarias e anulação de muitos programas de interesse popular. Um exemplo destas ações pode ser vista no decreto 18429, no valor de quase R\$ 25 milhões, publicado dia 03 de março. Foram mais de 100 programas que sofreram retiradas, as secretarias mais prejudicadas são:

- Secretaria Municipal de Saúde, perdeu só neste decreto cerca de R\$ 4 milhões. Nos programas de Operacionalização, Modernização e Reequipamento de Unidades Assistenciais e Implementação no Programa de Combate a DST - AIDS. Já foram retirados até o momento R\$ 11 milhões desta secretaria.
- A Secretaria Municipal de Educação que perdeu R\$ 3,2 milhões em vários programas.
- A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social que ficou com menos R\$ 3 milhões. Este valor é oriundo de vários programas como o que objetiva assistência a crianças com menos de 3 anos; Manutenção do Programa de Atendimento Nutricional; Programa Vem para Casa e etc.
- Gabinete do Prefeito de onde foram retirados R\$ 7,5 milhões. A maioria destes recursos saíram de programas da Comlurb.
- A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos que sofreu retirada de R\$ 3 milhões. Quase todo este valor saiu do programa de Aquisição de Massa Asfáltica e Matéria Prima para sua Produção.

Este total de R\$ 25 milhões foi basicamente para reforçar os programas de:

- Publicidade e Propaganda - Gabinete do Prefeito - que recebeu aproximadamente R\$ 6,65 milhões. Este programa começou o ano com R\$ 406.504 de dotação inicial e até o dia já foi reforçado em 3168%. Desta forma ele já encontra-se com R\$ 13.285.745. Este programa tem como meta 'viabilizar ao público o conhecimento das ações municipais'.
- Programa de Eventos Contratuais no Autódromo Internacional - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer - que foi reforçado em quase R\$ 5 milhões, encontrando-se atualmente com R\$ 21 milhões. O objetivo deste programa é de promover e apoiar grandes eventos esportivos internacionais no próprio, com contratos para a realização de dois Grandes Prêmios no valor total de 8.380.780 dólares. É interessante notar que estas previsões servem para um valor do dólar de R\$ 1,92 mas a cotação do dólar vem caindo e mesmo assim este programa está sendo reforçado em 30%.
- Difusão Cultural - Secretaria Municipal de Cultura - que foi reforçado em 229% - valor de reforço de R\$ 4,35 milhões. A meta deste programa é a promoção de eventos culturais, sem especificação.
- Administração da Riourbe reforçado em 33% com quase R\$ 3 milhões. tendo como dotação inicial R\$ 8.890.175 já está com quase R\$ 13 milhões. A natureza de despesa nos indica que foram gastos para pagamento de sentenças judiciais.

O ORÇAMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Este ano o Fórum Popular do Orçamento está iniciando o acompanhamento do Orçamento do Estado do Rio de Janeiro. Da mesma forma que fazemos para o município, também estamos buscando através do acompanhamento orçamentário: a transparência das políticas públicas, a participação popular e a efetivação das prioridades sociais.

A receita estimada e a despesa fixada para o exercício do ano 2000 no Estado é de R\$ 16,7 bilhões. Ao governo do Estado é permitido remanejar até 20% do total da despesa fixada, respeitadas as exceções contidas na lei orçamentária nº 3.240, de 03 de agosto de 1999. Neste primeiro trimestre do ano já foram remanejados um total de R\$ 94,1 milhões, que corresponde a um percentual de 0,6% do orçamento, significando que ao Governador ainda será permitido alterar bastante o orçamento até o final do exercício.

É claro que vários programas já foram prejudicados e beneficiados, não dando para citar todos nesta matéria, mas aqueles que chamaram mais atenção foram: a inviabilização do programa Casa de Custódia da Secretaria do Estado de Justiça, que de uma só vez através de um decreto perdeu toda a sua dotação de R\$ 3,8 milhões que seriam despendidos em investimentos; o programa de incentivo à moradia já perdeu 90% da sua dotação inicial no orçamento, de R\$ 1 milhão resta apenas R\$ 100.000; o programa Expansão e Consolidação das Linhas 1 e 2 do metrô já perdeu R\$ 71,8 milhões todo referente a despesas com investimentos, restando R\$5 milhões. Em contrapartida, o serviço de Divulgação e Comunicação da Secretaria Executiva do Gabinete do Governador já foi reforçado em R\$ 4,1 milhões, equivalendo a um reforço de 315% da sua dotação inicial.

Cabe ressaltar que a despeito da implantação do processo de discussão popular do orçamento estadual em 1999, não consideramos este processo como orçamento participativo por razões já explicitadas anteriormente. Entretanto, vamos acompanhar o desempenho ao longo do ano dos 186 programas listados como oriundos do processo participativo. Todos os três programas prejudicados explicitados no parágrafo acima (Casa da Custódia, Expansão e Consolidação das Linhas 1 e 2 do Metrô e Incentivos a Moradia) fazem parte desta lista. Sendo uma confirmação de que o processo em curso no Estado do RJ deve ser fiscalizado atentamente.

Este é apenas o começo do acompanhamento do orçamento do Estado e, infelizmente, notamos que não fica muito diferente das ações realizadas para alterar o orçamento do município.

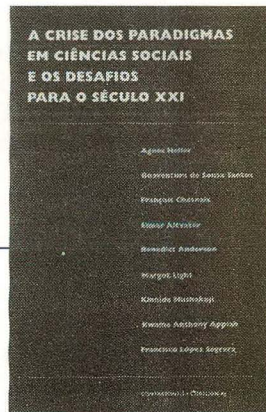
RESENHA

por Franklin Trein

Uma crise que é resultado de muitas outras

Uma contribuição instigante, que aquece o debate sobre os principais desafios sociais a serem enfrentados pelo século XXI

A Crise dos Paradigmas em Ciências Sociais e os Desafios para o Século XXI – vários autores – Contraponto/Corecon, 267 p., 1999.



“É obra que resulta da reunião de nove textos que serviram de base para um seminário internacional no Rio de Janeiro, promovido pelo Consórcio de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Este reúne Programas de Pós-Graduação de Economia e História da Universidade Federal Fluminense, de História da PUC/RJ, de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e de Economia e desenvolvimento Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Contribuíram ainda para o seminário o Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Corecon/RJ) e a Sociedade Brasileira de Economia Política.

Os ensaios que integraram este volume não são uniformes, seja porque não se atêm de igual forma à questão central – a crise dos paradigmas – ou porque não a tratam com o mesmo vigor. Assim, destacam-se as contribuições de Agnes Heller, Boaventura de Sousa Santos, François Chesnais e Elmar Altvater. Os textos dos demais autores estão mais distantes da temática contida no título do livro.

Poder moral e reinvenção da democracia – Heller aborda, a partir de uma perspectiva filosófica, o que ela chama de “zonas de conflito global da modernidade”. Seu fio condutor é a questão do

poder moral, que é tomado emprestado da filosofia do direito de Hegel. Ela conclui sua análise examinando as possibilidades de equilíbrio entre o liberalismo político, como defesa dos direitos do indivíduo, e a democracia, como reivindicação de igualdade política e governo da maioria.

Sousa Santos discute o que ele denomina reinvenção da democracia entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo, que são para o resultado de profundas transformações dos dispositivos operacionais do contrato social, ou seja: a socialização da economia, a politização do Estado e a nacionalização da identidade cultural. Essas transformações, diferentes entre si, desdobram-se em quatro consensos principais: o econômico liberal (consenso de Washington), o do Estado fraco, o democrático liberal e o do primado do direito nos tribunais, que significa a judicialização da política. Sua conclusão é extensa e rica, mas pode ser resumida com as seguintes palavras: corremos um risco histórico, o da emergência do facismo societal, um facismo pluralista, portanto um facismo que nunca existiu.

Globalização e direitos humanos – Chesnais nos apresenta uma nova visão da questão da crise, mas seu tema central é convergente com

os demais: ele examina a ruptura com o neoliberalismo. Seu ponto de partida é ao mesmo tempo histórico e teórico: o problema é o que ele, como francês, chama de “mundialização do capital”. Chesnais sublinha que o principal mecanismo de regulação do modo de ver, frente a tal realidade, só deixa uma esperança: a da resistência da “Europa social”. Só os “Estados Unidos da Europa” poderiam dar um novo curso à história!

Altvater assume o tema da crise dos paradigmas ao pé da letra. Sua perspectiva de análise traz sua marca registrada, ou seja, ela relaciona a globalização e a crise ecológica à questão da democracia e dos direitos humanos. Trata-se de um exame complexo e repleto de detalhes, que não se presta a condensações. De qualquer forma, seu ponto de partida é a “racionalidade ocidental”, pano de fundo da democracia formal, que tem como base histórica as forças sociais capitalistas, o uso da energia fácil e a tradição do *Esclarecimento*, também chamado de *iluminismo* em algumas traduções. Sua conclusão é de que a globalização e a crise ecológica são desafios paradigmáticos. As velhas teorias, especialmente as neoliberais, não só não têm respostas, como sequer permitem formular as perguntas corretas.

Benedict Anderson, Margot Light, Kinhide Mushakoji, Kwame Anthony Appiah e Francisco López Segrera completam o texto com seus respectivos ensaios. O resultado é uma contribuição instigante, indispensável ao debate de uma temática que certamente permanecerá atual ainda por muito tempo.”

Franklin Trein é Dr. Phil em Filosofia pela Universidade Livre de Berlim. Professor do Deptº de Filosofia da UFRJ. Coordenador do Programa de Estudos Europeus da UFRJ.

Resenha publicada na Revista Rumos nº 168 – janeiro de 2000 e reproduzida no JE no âmbito do convênio editorial firmado entre as partes.

CONVÊNIO

A EDITORA PAZE TERRA está oferecendo os livros abaixo, com descontos de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio realizado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas e títulos de abrangente importância para a nossa formação. Entre em contato com o Corecon-RJ (Biblioteca) para aproveitar os descontos oferecidos por uma editora nascida da resistência democrática que há 33 anos trabalha em defesa da liberdade, do pensamento e do direito ao diálogo.

A construção do Terceiro Mundo – Teorias do Subdesenvolvimento no Brasil e na Romênia, 643p., Joseph Love.
Preço com desconto: R\$ 25,20.

Os fluxos financeiros na América Latina – um Desafio ao Progresso, 284p., Ricardo Ffrench-Davis e Stephany Griffith-Jones (organiz.).
Preço com desconto: R\$ 18,90.

O Que é Globalização.
Preço com desconto: R\$ 21,00.

O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann, 346p., 6ª edição, Karl Max.
Preço com desconto: R\$ 17,50.

Após 1989 – Moral, Revolução e Sociedade Civil, 289p., Ralf Dahrendorf.
Preço com desconto: R\$ 16,10.

Histórias Esquecidas da Ciência, 149p., Oliver Sacks, Jonatan Miller, Stephen Jay Gould, Daniel Kevles e R.C. Lewontim.
Preço com desconto: R\$ 10,50.

O Longo Amanhecer.
Preço com desconto: R\$ 9,80.

América Latina – Entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, 314p., Leslie Bethel e Ian Roxborough (organizadores).
Preço com desconto: R\$ 16,10.

Dialética Marxista, Dialética Hegeliana – a Produção Capitalista como Circulação Simples, 192p., Ruy Fausto.
Preço com desconto: R\$ 13,30.

CURSO

Cate - IE/UFRJ
CURSO DE ATUALIZAÇÃO
EM TEORIA ECONÔMICA

Elaborado segundo o programa do exame de seleção nacional da Associação dos Centros de Pós-graduação em Economia (ANPEC)

• **Coordenação:**

- Prof. Marcelo Resende (Ph.D University of Oxford)
- Prof. Hugo Boff (Doutor EPGE/FGV/RJ e ex-consultor da ANPEC)

• **Corpo Docente:**

- Macroeconomia - Arthur Koblitz (Doutorando IE/UFRJ)
- Microeconomia - Alexey Wanick (Mestrado IE/UFRJ e Prof. UFF)
- Estatística/Econometria - Paulo Hermann (Pós-graduação IMPA e Mestre IE/UFRJ)
- Matemática - Genaro Dueire (Doutorando IMPA)
- Economia Brasileira - Mariana Lotty (Doutoranda IE/UFRJ)
- Luciano Losekan (Doutorando IE/UFRJ)

Calendário: Abril a Outubro/2000

Segunda a Sexta das 18:00 às 22:15 horas

Local: Campus da Praia Vermelha - Av. Pasteur, 250 - Sala 8

Maiores Informações: Tel. (21) 295-1447 R: 246

Fax (21) 541-8148

E-mail: albana@ie.ufrj.br

PROJETO

O que é o Projeto Brasil Outros 500?

As entidades de Economistas do Estado do Rio de Janeiro em conjunto com dezenas de outras entidades do Movimento Social Organizado (Entidades Sindicais, ONG's, Movimento Comunitário, entre outras), Centros de Estudo e Pesquisa de Universidades e junto a destacadas personalidades da sociedade brasileira participam do Projeto **Brasil-outros 500**.

O Projeto **Brasil-outros 500** foi gerado a partir da necessidade de contar a história do povo brasileiro, a partir dele mesmo, ou ainda, propor um espaço, no qual a sociedade consiga realmente enxergar as suas histórias de vidas e de seus antepassados da forma como ela realmente acontece ou aconteceu, pela perspectiva da maioria da população, e não somente pela história oficial da classe dominante ou de uma "fatia de sociedade que deu certo".

Entre as atividades previstas no Projeto encontra-se a realização de um Seminário sobre História do Brasil, a ser realizado no dia 27 de Abril de 2000, para o qual espera-se a participação ampla de todos aqueles que entendem ser este um momento oportuno para a construção coletiva de conhecimentos econômicos, históricos, políticos, entre outros, do Brasil e de sua população, através do confronto de versões que vêm sendo produzidas e repassadas, pelo menos, ao longo dos últimos 500 anos e da discussão dos diferentes projetos de sociedade em embate durante todo este tempo.

Em nosso site na internet [<http://www.brasil-outros500.org.br>] encontram-se disponibilizadas maiores informações sobre o Seminário, sobre o material já produzido e sobre formas de participação no Projeto.

Enfim, uma revista que enxerga longe!

Rumos é uma revista de economia e negócios diferente. Seu espaço não é o curto prazo. Para ela, o presente é a base na qual se exercita o futuro. Sua preocupação central é o desenvolvimento. Mais do que isso: o desenvolvimento sustentado, aquele que alimenta a si mesmo. **Rumos** acredita nisso; não se trata de diferencial de venda. Até porque é difícil vender aquilo em que não se acredita. O Brasil tem andado excessivamente mergulhado nas agruras do curto prazo. **Rumos** não se fixa nele: parte dele em busca de soluções, de mais espaço, de novos horizontes. E procura fazer isso com clareza e bom gosto, porque quer ser vista, e lida, por todo mundo, não apenas por iniciados. Afinal,

desenvolvimento é direito e dever de todos, Estado e mercado. Venha para o clube dos leitores de **Rumos**: nele sempre tem espaço para quem quer alargar horizontes.

LEIA E ASSINE

Rumos

ECONOMIA & DESENVOLVIMENTO PARA OS NOVOS TEMPOS

Rua São Bento, 9, 13º andar - Centro

Rio de Janeiro - RJ CEP 20090-010

Telefone: (021) 263.0817 - Fax: (021) 253.7831

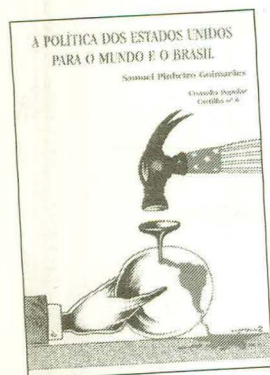
E-mail: abderj@iis.com.br

ABRE ASPAS



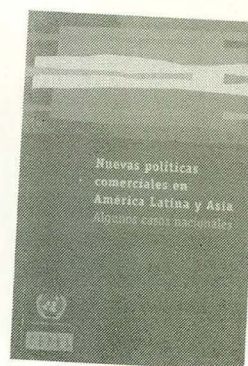
ECONOMIA GLOBAL E EXCLUSÃO SOCIAL/Pobreza, emprego, estado e futuro do capitalismo, de Gilberto Dupas – Editora Paz e Terra/2000, 244 páginas. Gilberto Dupas, um dos maiores pensadores brasileiros da área econômica, debruçou-se mais uma vez sobre o tema tão crucial nesta virada de milênio. Acrescentou dois capítulos: *Crise de legitimidade na intermediação política* e *Desamparo, violência e solidariedade* e reformulou o item *Tecnologia da informação, Estado-rede e poder*, dando à obra atualização em tempo real. O fim da guerra fria e a destruição do Muro de Berlim deram durante curto período a esperança de uma fase de prosperidade econômica geral, impulsionada pelos mercados livres e por amplos ganhos de produtividade. A suposição era de que ela seria conquistada pela lógica estimulante da competição global e permitiria um novo mundo de circulação de pessoas e mercadorias, com o mercado constituindo-se em instrumento de harmonia e paz. Só que: a dificuldade de assimilação das regras de mercado pelos ex-países socialistas, os sangrentos conflitos na Iugoslávia, o contínuo declínio da Rússia, a presença das corporações transnacionais e a conseqüente ruptura da cortina de silêncio do Banco Mundial no ano passado, liquidaram de vez a tese da globalização sem exclusão social. **Maiores informações: Tel. (11) 223-6522 – E-mail: pazterra@sp.dglnet.com.br.**

PROPOSTA Revista da FASE (Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional) – Periodicidade trimestral – Ano 28/29 – Dezembro/Fevereiro de 1999/00 – Nº 83. Neste número, PROPOSTA resgata a tradição de abordar os temas da educação com um enfoque amplo e coloca em relevo a relação educação e a emergência de novas práticas sociais que corresponde ao esforço de transformação social e, portanto, de contra-hegemonia em relação aos processos de reciclagem dos padrões individualistas e competitivos que acen-tuam a desigualdade social. A unidade dos diversos enfoques deste número, só pode ser entendida, tendo em vista a universalização do tema educacional no terreno de uma reforma intelectual e moral, que represente novas formas de construção de identidade coletiva e produção de saber, com acesso ao conhecimento. Preço da assinatura: R\$28,00 – Exemplar avulso: R\$ 8,00. Informações e vendas: Rua das Palmeiras, 90/RJ – Tel: (21) 286-1441 – E-mail: sveiga@fase.org.br.



A POLÍTICA DOS ESTADOS UNIDOS PARA O MUNDO E O BRASIL, de Samuel Pinheiro Guimarães – Consultar Popular, Cartilha nº 8. A presente cartilha corresponde a sete capítulos do livro *Quinhentos Anos de Periferia*, capítulos 11 a 16, dedicados a uma análise das estratégias (militar, política, econômica e ideológica) da superpotência atual, os Estados Unidos, com destaque para as relações com a América Latina e o Brasil. As questões do papel do Conselho de Segurança da ONU, da ALCA e do Mercosul também são analisadas. Contém, ainda um posfácio do autor, com uma análise da intervenção militar da OTAN na Iugoslávia, sob o ponto de vista do direito e das relações internacionais, além de trechos em que o autor descreve os diferentes aspectos da estratégia norte-americana que nos afetam mais diretamente, descrição esta, que retrata o quanto estamos longe, da imagem tão difundida no Brasil, de um mundo homogeneamente globalizado, regido pela “mão invisível” do mercado, sem relações de poder, sem Estados nacionais atuantes. **Pedidos: Secretaria da Consultar Popular – Rua Ministro Godoy, 1484 – São Paulo/SP – Cep: 05015-900 – Telefax: (011) 263-9698 – E-mail: consultapopular@cidadanet.org.br.**

NOVAS POLÍTICAS COMERCIAIS NA AMÉRICA LATINA E ÁSIA – ALGUNS CASOS NACIONAIS – Nações Unidas/Cepal (Comisión Económica para América Latina y el Caribe) – Santiago de Chile, 1999. A presente obra, baseia-se em um projeto concluído pela CEPAL em 97/98, intitulado *Estudo Comparativo das Estratégias de Desenvolvimento de alguns países da Ásia Oriental e América Latina*, com especial referência às políticas comerciais e industriais, no marco do novo sistema internacional de comércio, financiado pelo governo do Japão com objetivo de valer-se da experiência da política econômica de ambas as regiões, para extrair os elementos fundamentais do rol do Estado na promoção da indústria e do comércio. Outro propósito do projeto, foi avançar na definição do novo papel do Estado na economia, assim como, no exame dos mecanismos disponíveis para ela, considerando o atual regime de comércio internacional emanado da Rota Uruguai e também dos acordos regionais vigentes. A presente obra inclui tanto a versão em espanhol dos seis estudos originais (Indonésia, Malásia, República de Coreia, Argentina, Brasil e Chile), como um resumo que contém as conclusões principais de cada um deles e a revisão de alguns temas que poderiam ser matéria de política econômica no futuro, e também, o informe do seminário realizado na sede da CEPAL, evento organizado para difundir e discutir os resultados dessas investigações. **Maiores informações: publications@eclac.cl.v.**



LIVROS EM VENDA DIRETA

LANÇAMENTO

Maximilien de Robespierre

DISCURSOS E
RELATÓRIOS
NA CONVENÇÃO



Discursos e Relatórios na Convenção

204 páginas • Robespierre
Preço com desconto: R\$ 19,00

A Contraponto oferece seus livros, em venda direta, com descontos médios de 30% sobre os preços de capa aos economistas associados. Você receberá os livros em casa, pelo correio. As despesas postais já estão incluídas. Entre em contato conosco.

A Teoria da Relatividade Especial e Geral - 136 p.

Albert Einstein
Preço com desconto: R\$ 13,00

Crítica e Crise - 256 p.

Reinhart Koselleck
Preço com desconto: R\$ 21,00

500 anos de periferia - 168 p.

Samuel Pinheiro Guimarães
Preço com desconto: R\$ 14,00

História trágico-marítima - 540 p.

Bernardo Gomes de Brito (org.)
Preço com desconto: R\$ 28,00

O manifesto comunista – 150 anos depois

Daniel Aarão Reis (org.)
Preço com desconto: R\$ 13,00

A opção brasileira - 208 p.

César Benjamin e outros
Preço com desconto: R\$ 13,00

A sociedade do espetáculo - 240 p.

Guy Debord
Preço com desconto: R\$ 19,00

Um mapa da esquerda na Europa Ocidental - 284 p.

Org. Perry Anderson e Patrick Camiller
Preço com desconto: R\$ 22,00

Um mapa da ideologia - 338 p.

Adorno, Jameson, Bordieu, Lacan, Althusser e outros.
Org. Slavoj Zizek
Preço com desconto: R\$ 24,00

O longo século XX - 408 p.

Giovanni Arrighi
Prêmio “Distinguished Scholarship” da American Sociological Association - 1995
Preço com desconto: R\$ 24,00

CONTRAPONTO

Tel. / Fax (21) 259-4957

Caixa postal 56066

CEP 22292-970, Rio de Janeiro, RJ

Home-page: www.contrapontoeditora.com.br

- ECONOMIA -

FÓRUM DE CURSOS DE GRADUAÇÃO

- Administração e Economia

27 e 28 de abril de 2000

(Inscrições Gratuitas)

27 DE ABRIL

9:00h - Diretrizes Curriculares e Avaliação de Cursos (Provão)

Expositora: Profª Maria Pereira Dalla Costa - SESu/MEC

Debatedor: Prof. Manoel Álvarez - FIJ/ANGRAD

Coordenadora: Profª Miria Miranda Oletto - UFM/AGANGRAD

14:00h - Apresentação de Trabalhos

19:00h - Globalização, Neoliberalismo e Exclusão Social

Expositores: Prof. Reinaldo Carcanholo - UFES/ANGE

Prof. Reinaldo Gonçalves

Coordenador: Prof. Ronaldo Rangel - UCAM/ANGE

28 DE ABRIL

9:00 horas - Apresentação de Trabalhos

14:00h - Diretrizes Curriculares e Avaliação de Cursos (Provão)

Reunião com os coordenadores de cursos e representantes da comunidade acadêmica do curso de economia

Expositor: Prof. José Luiz Pagnussat - UCB/ANGE/Comissão de Especialistas - SESu/MEC

Coordenador: Prof. Annor da Silva Jr. - UVV

19:00h - Convergências e Assimetrias nos Cursos de Administração e Economia

Expositores: Prof. Rui Otávio - UNESA, Prof. Leonardo Burlamaquí - UERJ, Prof. José Rubens Garlipp - UFU

Coordenador: Prof. Luiz Paulo Moreira Lima - PUC/ANGRAD

Promoção: ANGE/ANGRAD

Apoio: Corecon/RJ/ES e Centro Cultural Cândido Mendes

Local: UVV - Rua Annor da Silva, 15 (Anfiteatro) - Vila Velha - ES

Informações: cepg@uvv-es.br**Cursos
ANDIMA****Programação para maio****10%**de desconto nos
cursos para
economistas
registrados no
Conselho***Matemática Financeira Avançada**

RJ - 3 e 4, 8 a 11 e 15 a 18, das 18h30min às 21h30min

SP - 15 a 19, 22 a 26, das 18h30min às 21h30min

**Cálculo da Rentabilidade e Estratégias
no Mercado de Renda Fixa**

SP - 9 a 11, das 9 às 18h

RJ - 29 a 1º de junho e 5 a 8 de junho, das 18h30min às 21h30min

**Fundos de Investimento: como
conquistar e manter clientes pessoa física**

RJ - 17 e 18: (1º dia) das 9h30min às 18h30min; (2º dia) das 9h30min às 13h30min

SP - 29 a 1º de junho, das 18h30min às 21h30min

Mercados Derivativos (Formação Prática)

RJ - 22 a 25, das 18 às 22h

**Gestão de Fluxo de Caixa em Cenários
de Competitividade**

SP - 29 e 30, das 9 às 17h30min

Como Investir em Ações pela Internet

RJ - 30, das 9 às 18h

**Captação de Recursos no Mercado
Internacional**

SP - 31 a 2 de junho: (1º e 2º dias) das 9h30min às 18h; (3º dia) das 9h30min às 12h30min

Informações e inscrições

Cláudia/Isabel - telefones (21)814-3927/814-3929/814-3800;

e-mail: treinamento@andima.com.br

Gabriela - telefone (11)3115-1313



* Para usufruir do benefício o economista deve estar com a anuidade paga.

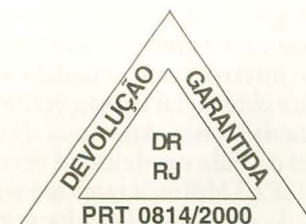
JORNAL DOS ECONOMISTAS

CORECON-RJ - SINDECON-RJ - IERJ

PORTE PAGO

DR/RJ

PRT 0735/2000

**IMPRESSO****Entregue aos Correios até 15.04.2000**